



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXII SUP. A AO Nº 17, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)

3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)

1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)

1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)

2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)

3º Secretário

Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)

2º - Deputado César Halum (PRB-TO)

3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)

4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2017 4





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2017, NO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de maio de dois mil e dezessete, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual da Senhora Deputada Elcione Barbalho, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Ana Amélia e Rose de Freitas; dos Senadores Paulo Bauer, Ronaldo Caiado, Airtón Sandoval, José Agripino e Pedro Chaves; das Deputadas Elcione Barbalho, Simone Morgado, Iracema Portella, Conceição Sampaio, Ana Perugini, Luizianne Lins, Dâmina Pereira, Keiko Ota, Luana Costa, Professora Dorinha Seabra Rezende, Norma Ayub, Flávia Moraes, Laura Carneiro e Erika Kokay; e dos Deputados Walter Alves, Alexandre Baldy, Eros Biondini, Aelton Freitas, Delegado Edson Moreira, Professor Victório Galli, Ielo Coimbra, Nelson Marquezelli, Heitor Schuch e Takayama. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a Presidência à Senadora Simone Tebet. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes da Deputada Elcione Barbalho e da Senadora Rose de Freitas para assumirem, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos ao Plenário, os nomes indicados são aprovados por aclamação. A Senadora Simone Tebet faz uso da palavra. Em seguida, assume a direção dos trabalhos a Deputada Elcione Barbalho, Presidente Eleita da Comissão, que designa como Relatora a Deputada Luizianne Lins. A Vice-Presidente, Senadora Rose de Freitas, usa da palavra. A Presidência faz as suas considerações e passa a palavra à Relatora Deputada Luizianne Lins para apresentação do relatório do biênio 2015-2016. Usa da palavra o Deputado Eros Biondini. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Elcione Barbalho, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputada ELCIONE BARBALHO
Presidente Eleita



A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Boa tarde, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, Srs. Deputados e Srªs Deputadas!

Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, criada pela Resolução nº 1, de 2014, do Congresso Nacional.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão, à eleição de Presidente e de Vice-Presidente e à designação da Relatora para o biênio 2017/2018. A presente reunião destina-se também à apresentação de balanço das atividades da Comissão do biênio anterior pela ex-Presidente Senadora Simone Tebet, aqui presente; à apresentação do relatório consolidado pela ex-Relatora Deputada Luizianne Lins; e à apresentação de pesquisa pelo Observatório da Mulher contra a Violência.

Eu passo a palavra à Senadora Simone Tebet, ex-Presidente, para conduzir a eleição da Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Elcione.

Um boa-tarde às Deputadas e Senadoras e aos Deputados e Senadores que se fazem aqui presentes!

De acordo com as regras regimentais, a cada biênio, fazemos a alternância da Presidência da Comissão Mista de Violência contra a Mulher. Na primeira composição, nós tivemos uma Senadora como Presidente, e agora esta vaga cabe à Câmara dos Deputados, cabendo a Vice-Presidência à responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicadas para Presidente, pela Câmara de Deputados, para representar e ser a Presidente de todas nós e de todos nós, a Deputada Elcione Barbalho e para Vice-Presidente, na vaga do Senado Federal, a Senadora Rose de Freitas.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

As Srªs Senadoras, os Srs. Senadores, as Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com as indicações permaneçam como se encontram.

Já vi que estamos num processo inicial de votação. Tenho de fazer a votação separadamente. Vou colocar, primeiro, em votação e em discussão pela Câmara.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as indicações na Câmara dos Deputados.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as indicações no Senado Federal.

Assim, com muito prazer e com muita honra, porque estou ao lado desta mulher que admiro muito pela Câmara dos Deputados, declaro eleitas por aclamação a Srª Presidente, Deputada Elcione Barbalho, e a nossa querida Líder, Vice-Presidente, Senadora Rose de Freitas.

Uma vez já eleita, devolvo a Presidência desta Comissão à Deputada Elcione Barbalho, não sem antes fazer um agradecimento especial às colegas que estão aqui presentes.

Tive a honrosa missão de ter sido nomeada e eleita por V. Exªs a primeira Presidente da Comissão Mista da Violência contra a Mulher. Tive ao meu lado as Procuradoras da Mulher pela Câmara e pelo Senado, Senadora Vanessa, Deputada Elcione, Deputada Dâmina, aqui também presente, e cada uma das senhoras e dos senhores que muito contribuíram e engrandeceram os trabalhos desta Comissão.

Quero agradecer, de forma muito especial, à ex-Vice-Presidente da Comissão Deputada Keiko e à nossa Relatora, Luizianne Lins. Quero dizer que elas foram imprescindíveis para que os trabalhos pudessem andar e principalmente gerar bons frutos.

Acredito que, nesses dois anos, embora tenham sido dois anos atípicos, nós tivemos a capacidade de muito produzir. Mas, mais do que novas leis, mais do que diligências, mais do que requerimentos, mais do que a ida a alguns Municípios, para ouvir, em audiências públicas, ideias e iniciativas de sucesso de Municípios e dos Estados no que se refere ao combate à violência contra a mulher, acredito que o grande mérito desta Comissão foi o de que passamos a ter voz, a ter vez. Pela grande imprensa, por todos os meios de comunicação, passamos a ter visibilidade, como nunca tivemos. Foram inúmeros os projetos aprovados pelo Congresso Nacional de iniciativa desta Comissão, Deputada Elcione, que tiveram ampla divulgação na mídia nacional.

Eu gostaria de, antes de encerrar, lembrar que, ontem, quando estávamos relatando uma PEC do Senador Jorge Viana que transforma o crime de estupro em crime imprescritível, portanto,



alterando a Constituição Federal, estava presente o Presidente da Câmara dos Deputados. Nós a aprovamos, por unanimidade, em primeiro turno; na semana que vem, provavelmente, já a aprovaremos em segundo turno e a enviaremos para a Câmara dos Deputados. Naquele momento, na presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a Senadora Vanessa Grazziotin e eu fizemos um apelo para que se dê preferência e agilidade à pauta feminina na Câmara dos Deputados. Sei que V. Ex^{as} são poucas e combativas, mas que dependem da boa vontade dos Líderes e do Presidente da Câmara para poder pautar as questões.

Está lá na Câmara um projeto que também relatei, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, da mais alta relevância, e o Presidente, Deputado Rodrigo Maia, comprometeu-se a agilizar. É o que tipifica como crime – até então, nós não tínhamos conhecimento de que este crime realmente acontecia no Brasil; se acontecia, era de forma velada e em menor grau, talvez, do que hoje – o estupro coletivo. Então, nós o tipificamos como crime, colocando o aumento de um terço à pena, no caso do estupro coletivo. Também tipificamos, colocando no Código Penal, que a divulgação desse crime de estupro, seja de que forma for, por qualquer veículo de comunicação – uma simples fotografia ou um vídeo passados a terceiros, a amigos, a colegas –, passa a ser considerada crime, com uma pena mínima de dois anos, chegando até a cinco anos, dependendo da gravidade do fato. Esse projeto já está na Câmara, e houve um pedido especial para o Presidente Rodrigo Maia agilizar esse processo. Da mesma forma será assim que chegar também a PEC, o projeto de emenda à Constituição do Senador Jorge Viana, tornando o crime de estupro imprescritível.

Faço essas considerações, com isso querendo agradecer pelo apoio e pela iniciativa dos projetos de lei apresentados a cada uma das Sr^{as} Deputadas, dos Srs. Deputados, das Sr^{as} Senadoras, dos Srs. Senadores. São projetos relacionados à pauta feminina, não só à violência explícita contra a mulher, à violência sexual, mas também à violência velada contra a mulher que está no mercado de trabalho, à violência que a mulher sofre até dentro da política.

É uma missão árdua. Mas nós, mulheres, principalmente, estamos acostumadas com os desafios. O caminho é ainda muito longo, mas saber que hoje nós podemos contar com a sociedade, com a sensibilidade de Deputados e de Senadores, com a mídia, que sempre se faz presente, fortalece-nos. Isso nos mostra que estamos no caminho certo e que ainda temos muito o que fazer por essas milhares ou, por que não dizer, milhões de mulheres anônimas espalhadas pelo mundo, que, por medo da discriminação, do preconceito, de serem covardemente responsabilizadas pela violência que sofrem, se escondem no manto, no véu do silêncio, se omitem e, com isso, não permitem que nós possamos escancarar esse crime tão bárbaro que ainda viola todos os princípios civilizatórios modernos da humanidade.

É com prazer, portanto, que passo agora a Presidência à Deputada Elcione Barbalho. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Dando continuidade, designo, como Relatora da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, a Sr^a Deputada Luizianne Lins.

Passo a palavra, agora, à ex-Presidente da Comissão. A votação já foi feita pela Senadora Simone Tebet.

Eu convidaria a Deputada Luizianne, por gentileza, para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Mudando toda a regra, de início, passo a palavra à Senadora Rose de Freitas, ex-Deputada, grande colega e parceira na Câmara.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Começar acabando com as regras é muito bom.

Eu queria, primeiramente, agradecer. De vez em quando, eles vão à senzala para procurar mais gente para trabalhar, e a gente está junto, principalmente nessa luta, Presidente.

O projeto que ontem foi aprovado no Senado, citado pela Simone Tebet, é uma conquista que mexeu com nossos corações, pois fala do crime de estupro. Há décadas, a gente vem tentando tipificar o crime de estupro e mostrar como, culturalmente, a sociedade absolve e absorve, o que é pior, essa prática que tem sido danosa ao trabalho incessante da mulher, que nunca esquece um crime dessa natureza. Hoje, estabelecer que esse crime não seja esquecido pela Justiça e seja imprescritível é fundamental para que, a qualquer momento, depois do medo, depois da superação dos conflitos, se possa buscar justiça no Poder Judiciário para reconhecer quanto dano se causa às mulheres.



Eu quero parabenizar a escolha da Elcione pelo fato de que ela é dessas pessoas incansáveis e lutadoras que não se absterem de qualquer posição, de qualquer luta. Ela está sempre junto nessa luta das mulheres. Eu fui Constituinte e lembro o que nós passamos para superar pequenos obstáculos, sem falar nos grandes que ainda estão interpostos no nosso caminho.

Parabenizo a escolha da Relatora e coloco-me à disposição. Estou junto nessa caminhada.

Quero dizer que a Simone Tebet é dessas pessoas com quem começamos a conviver e que só fortalecem a nossa caminhada em relação a direitos e, principalmente, à luta contra a violência cultural contra a mulher que este País aceita. Nós é que não podemos aceitar isso mais!

Não são só as leis que nós temos de construir. Temos de passar a construir culturalmente uma nova mentalidade, inclusive dentro da área educacional. É muito importante que a gente vá tratar desses assuntos aqui neste debate, e tenho certeza de que será um avanço.

Muito obrigada. Estou à disposição, Presidente. É só me chamar!

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Muito obrigada, Senadora. Ressalto o quanto V. Exª foi determinada para chegar a esta Casa. Sempre estivemos juntas nas grandes lutas, nas grandes batalhas. Sabemos que não é fácil.

Quanto a esta nossa instalação, eu digo, com sinceridade, Rose, que venho com toda a força, com toda a determinação, inclusive para exigir do Judiciário.

Eu coloquei, na vez passada, um problema que nós tivemos em Santo Antônio do Descoberto. Uma criança foi estuprada pelo pastor de uma igreja que tomava conta dos filhos dessa senhora. A criança tinha oito anos. Há cerca de dois meses, essa criança foi novamente estuprada, dentro da escola, por um rapaz de 17 anos, que sabia o que tinha acontecido, que sabia da primeira situação. Simplesmente justificaram que não podiam prender o pastor porque ele tinha problema de pressão alta. No que isso redundou, na verdade? Essa mulher está saindo de Santo Antônio do Descoberto, tentando morar em outro lugar, por questões de perseguição da polícia. Nós estivemos em todos os setores, inclusive com o prefeito, pedindo socorro, para ajudá-la. Quem tomava conta dessas crianças era o pastor com a esposa. Posteriormente, na escola, dentro do banheiro... O rapaz tinha 17 anos, mas era um homem feito. Tive oportunidade de ver as fotografias.

Eu só tenho a lamentar a falta de estímulo, porque a gente parece que está lutando contra a maré. Quantas e quantas mulheres não estão escondidas por aí, que ainda não vieram denunciar e procurar seus direitos?

Temos de levar isso a ferro e fogo, para que possamos modificar essa questão. Que isso passe a ser realmente crime hediondo! Que se exija a participação do Judiciário, para que ele caminhe conosco, porque sozinhos não conseguimos fazer nada!

Obrigada, Rose. Que Deus a proteja! Muito obrigada. *(Palmas.)*

Eu vou fazer um rápido pronunciamento. A Simone está saindo, mas fica patenteado aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Peça só que a Simone venha assinar o relatório.

Ex^{ma} Deputada Federal Luizianne Lins, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, minhas senhoras e meus senhores presentes, inicio minha fala agradecendo ao nosso Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira; à Câmara dos Deputados, ao nosso Presidente Rodrigo Maia; e também às colegas Parlamentares e aos colegas Parlamentares que aprovaram minha indicação e que me conduziram à Presidência da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Estou extremamente honrada em assumir a Presidência desta Comissão. Em todos os meus anos de vida pública e política, sempre priorizei a pauta da mulher.

Nós mulheres formamos a maioria da população e do eleitorado brasileiro, mas nossas demandas ainda são tratadas como minoria em todas as áreas, inclusive quando falamos sobre segurança pública e sobre o direito de ir e vir.

Por isso, a importância desta Comissão. Aqui, temos espaço garantido para debater e colocar na pauta do Congresso Nacional ações de enfrentamento às agressões sofridas por mulheres, situação provocada pelo comportamento criminoso que fere, humilha e mata milhares de brasileiras, todos os anos, em todos os 27 Estados, nas 27 unidades de nossa Federação. Essas agressões, meus colegas, colocam o Brasil como o quinto País mais violento do mundo para as mulheres e com uma das mais altas taxas de feminicídio. Além disso, marcamos um índice muito



elevado de casos de estupro. O Brasil tem, oficialmente, um relato de estupro a cada 11 minutos. São mais de cinco mulheres violentadas por hora. Mas, como já sabemos, esse número deve ser ainda maior já que muitas vítimas não chegam a denunciar o crime, por vergonha, por intimidação ou por medo do agressor. Nós não aguentamos mais conviver com tanta e tamanha atrocidade!

Eu quero aqui destacar esse alerta ao meu Estado do Pará, por exemplo, que mantém um dos mais altos índices de assassinato de mulheres, com uma taxa de 6,1 homicídios por 100 mil mulheres, índice muito superior à média nacional, que ficou em 4,6. Mas essa realidade pode ser ainda mais assustadora, já que a Secretaria de Segurança Pública do Pará não fornece dados sobre crimes praticados contra as mulheres paraenses desde 2011. Não existe nenhuma notificação desde 2011. Mesmo sem informações oficiais, temos acesso a outros levantamentos que demonstram a gravidade da situação paraense. Segundo dados mais recentes do Mapa da Violência, que aborda os crimes contra as mulheres em todo o País, as taxas de homicídios femininos no Pará aumentaram em 104,2% em dez anos: em 2003, 93 mulheres paraenses foram assassinadas; dez anos depois, em 2013, esse número saltou para 230. As mulheres paraenses estão vivendo em estado de completa insegurança e descaso.

Tenho ciência da minha enorme responsabilidade em continuar o exemplar trabalho realizado pela Senadora Simone Tebet e pela Deputada Federal Luizianne Lins, que estiveram à frente da Comissão nos dois últimos anos. Além da minha trajetória e vivência como mãe, mulher, Parlamentar e Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados nos últimos quatro anos, sigo confiante de que esta Comissão continuará recebendo o apoio dos nossos nobres colegas, Deputados e Senadores.

Tenho certeza de que não estarei sozinha na luta por uma sociedade com condições mais justas para nós mulheres. Como representantes do povo, vamos trabalhar arduamente para que possamos combater e modificar esta triste realidade que ainda nos assombra. Nosso norte será a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Seremos incansáveis em trabalhar para fortalecer o direito da mulher a uma vida livre sem violência.

O meu muito obrigada, um abraço a todos! (*Palmas.*)

Eu passo, agora, a palavra à Deputada Luizianne, que foi Relatora da Comissão e já foi encaminhada nesse sentido agora.

Tem a palavra a Deputada Luizianne Lins, para fazer a apresentação do seu relatório na Comissão.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Boa tarde a todas e a todos, em especial à Presidente eleita da Comissão, Deputada Federal Elcione Barbalho! Eu acredito que faremos um excelente trabalho nesta Comissão.

Fiquei muito feliz também com a indicação da Senadora Rose de Freitas para a Vice-Presidência desta Comissão.

Quero também agradecer o trabalho que desenvolvemos durante esse período todo. As nossas assessorias foram fundamentais. Então, eu queria aqui agradecer, de antemão, aos assessores da Comissão Mista do Senado: Marcos, Gigliola e a nossa Gabriela. Eu queria também agradecer à Raquel Madeira, que foi fundamental na Comissão, e à Karla Karan.

O Observatório, hoje, é importante. Inclusive, vou ter a oportunidade de conversar com a nossa Presidente. O Observatório da Mulher na Câmara também foi fundamental. O Observatório da Violência – não da Câmara, mas do Senado – fez parte também desse processo da Comissão. Agradeço aos funcionários do Observatório: Henrique, Roberta Viegas e Roberta Gregoli.

Com todas essas pessoas envolvidas, a gente deu conta do recado, inclusive produzindo – eu queria falar rapidamente sobre isso – alguns materiais que foram muito importantes para esta Comissão.

Ainda no final do primeiro ano, foi publicada, Deputada Elcione, esta revista da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, fazendo toda uma prestação de contas e falando de todas as atividades. As mulheres encontraram aqui um abrigo. Isso foi fundamental. Passo-a para as suas mãos. Se a gente observar, as mulheres encontraram... Ainda não tínhamos a Comissão Permanente das Mulheres na Câmara. Portanto, foi muito importante a gente ter este espaço – as mulheres, muitas vezes, traziam problemas relacionados a isso – e realizar audiências em relação à violência contra a mulher neste espaço. Aí está tudo registrado. As autoras e todas as Deputadas que passaram por aqui e que tiveram iniciativas na Comissão estão devidamente registradas e homenageadas nessa revista.



Posteriormente, fizemos várias audiências públicas. Eu citaria uma cujo requerimento de solicitação foi de minha autoria, que foi realizada pela Comissão e que tratou sobre a violência sexual contra as mulheres nas universidades do País. Foi realizada exatamente quando se estava debatendo isso. Vieram reitoras e outras pessoas para cá, para falarem dos casos específicos dos *campi*, como o *campus* da USP. Então, como essa, houve dezenas de audiências.

Nós realizamos também... Confesso aqui que era um momento muito tumultuado da vida política brasileira, era o momento em que se processava o *impeachment* da Presidente Dilma, e que, para a nossa Comissão continuar atuante, foi realizada – este também foi um requerimento de minha autoria, que foi abraçado por toda a Comissão – uma atividade, que foi o regulamento público para o Concurso de Vídeo por Celular – 1 Minuto Contra a Violência, retratando a mulher e a superação da violência. Então, passamos um tempo divulgando isso. Isso foi divulgado nas universidades, nos parlamentos, nas câmaras. Houve o Concurso de Vídeo por Celular – 1 Minuto contra a Violência. Inclusive, quem estampava a foto era a Maria da Penha. Com esse regulamento, mais de 60 vídeos foram inscritos. A Câmara, no final, presenteou os primeiros lugares. Eram, algumas vezes, jovens, mulheres que vieram aqui. Houve um júri popular. Houve um júri técnico da Câmara, houve um júri popular, e houve um júri político. A gente fez tudo isso, e foram escolhidos três vídeos, que vieram aqui. Isso aconteceu no ano passado.

Por fim, antes mesmo de sair o relatório... Então, isto aqui foi tudo relacionado a isso. Este aqui é um panfleto do Observatório da Mulher. As meninas fizeram um trabalho fantástico – digo meninas no sentido de homenageá-las – e o fazem até hoje. O Observatório da Mulher do Senado Federal também faz parte da nossa Comissão; de certa forma, ajuda a nossa Comissão, melhor dizendo.

Ainda no final dos dois anos de relatório... Aquela revista foi publicada no primeiro ano. Eu também queria passar para as suas mãos o balanço de atividades da Comissão no biênio 2015-2016, no qual também é retratado o trabalho da Comissão não só de um ano, mas agregado, que foram exatamente os dois anos.

Agora, para finalizar o objetivo desta nossa reunião, eu vou... Este aqui foi o nosso filhote. Até chamei agora...

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG. *Fora do microfone.*) – Vou tirar uma foto sua. Pode continuar. Desculpe-me!

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Fique tranquilo! Seja bem-vindo, Deputado Biondi!

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS - MG) – Obrigado. O Relator colocou meu nome como Biondi, mas meu nome é Biondini.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É Biondini. É o nosso Deputado Biondini.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS - MG) – O Relator da reforma da previdência colocou no relatório da reforma que mudou o meu nome para Biondi.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É Eros Biondini. O Eros já resolve tudo. O seu primeiro nome é muito bom: Eros.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS - MG) – Tem tudo a ver com a nossa Comissão.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Exatamente.

Então, Deputado Eros Biondini, que chega aqui agora, isto aqui foi fruto... Este aqui é um relatório de dois tomos, que vai para os *Anais do Senado Federal* e que a Senadora Simone acabou de assinar. Então, fica esse legado. Estas aqui são as cópias originais, Presidente, que vão para o Arquivo do Senado. Porém, eu gostaria de, simbolicamente, passar para suas mãos. (*Palmas.*)

Aqui não é brincadeira, não! Aqui a moçada trabalha.

Eu já passei, informalmente, às mãos da nossa Presidente, já passei para a Senadora Rose de Freitas, que é a nossa Vice, e passo aqui, oficialmente, às suas mãos o relatório. Vamos deixar tudo que está aí para acesso no Senado, como consulta.

Nós fizemos um resumo sobre o que vamos apresentar agora, que é exatamente o relatório da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Só alerta que ainda temos várias audiências. Como falei, foi um ano político muito tumultuado no Brasil, e algumas audiências que foram aprovadas acabaram não acontecendo. Então, elas estão agendadas, estão dependendo da nossa assessoria. Elas foram aprovadas. Algumas foram solicitadas por outras Deputadas, e algumas nem estão mais aqui. A gente deve cumprir esse calendário, além do nosso calendário habitual.



Pois bem, ao final deste relatório que nós vamos apresentar agora, nós esperamos ter alcançado a meta de apresentar os caminhos traçados pela Comissão no aperfeiçoamento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Analizamos e discutimos estratégias com os segmentos do Governo Federal mais relacionados à temática. Debates o formato e a implantação das medidas pactuadas entre a esfera federal e a esfera estadual. Tomamos conhecimento de casos específicos que exigiam ação rápida. Enfim, atuamos no sentido de ampliar a reflexão sobre o assunto, sensibilizando as instituições da República sobre a universalidade de todas as políticas que se dedicam a reduzir a desigualdade entre homens e mulheres.

Por outro lado, a Comissão, como não poderia deixar de ser, enriqueceu seu trabalho enormemente ao abrir suas portas para que a sociedade viesse aqui apresentar suas próprias inquietações sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, bem como para ouvir suas sugestões e críticas sempre dignas de serem recebidas com a mais elevada consideração. Traçamos um plano de trabalho que, certamente, atravessa mais que um biênio de funcionamento desta Comissão, que constitui, portanto, um legado para a próxima gestão do nosso Colegiado.

Em igual sentido, abrimos um caminho importante para o diálogo com os Estados, a partir de dois levantamentos específicos: o quadro atual de feminicídio e a implantação das recomendações da Comissão Mista de Violência contra a Mulher, que aconteceu entre Câmara e Senado, a CPMI que investigou a violência contra a mulher no Brasil. Esse material será processado pelo Observatório da Mulher contra a Violência, no Senado Federal, que foi, como eu falei, um parceiro inestimável no levantamento e organização de dados cruciais para o melhor conhecimento da realidade enfrentada pelas mulheres brasileiras.

Esta Comissão Mista foi criada para que todo o trabalho realizado por nossas predecessoras na CPMI tivesse prosseguimento, para que as recomendações não fossem simplesmente engavetadas, mas consideradas e até mesmo criticadas, caso não correspondessem às soluções mais adequadas a serem implantadas.

Com isso, o combate à violência também faz história no Poder Legislativo, na medida em que, obtendo o levantamento de informações tão importantes durante os trabalhos de investigação próprios das Comissões Parlamentares de Inquérito, preocupou-se em não se deter nos diagnósticos e nas constatações, mas se empenhou para dar consequências às ações desenvolvidas. Assim, a coleta feita pela CPMI de depoimentos corajosos das mulheres que foram agredidas, seus relatos de superação e seu inconformismo manifestado inspiram este Colegiado a continuar a se debruçar sobre esse tema até que as ruas e residências sejam lugares onde as mulheres possam viver sem medo.

Eu gostaria, para finalizar minha fala, de agradecer a recondução pela Presidente desta Comissão, a nossa Deputada Federal Elcione Barbalho. Como agora mudou, não vou ficar chamando a senhora de Senadora.

Finalizo, fazendo aqui uma breve apresentação sobre o relatório que estamos apresentando.

Então, esta Comissão funcionou em 2015 e em 2016. Ela foi criada em março pelo então Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, por ocasião das comemorações do dia 8 de março do ano de 2015. O Senador Renan Calheiros, para fazer justiça, foi um entusiasta desta Comissão, que teve, como Presidente, a Senadora Simone Tebet e, como Vice-Presidente, a Deputada Keiko Ota. E eu fiz parte da relatoria.

Passe aí, Gabriela, para mim.

Temos consciência dos avanços das muitas alterações institucionais e legais que ocorreram no País no que concerne às políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Destacam-se a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

O relatório O Progresso das Mulheres no Brasil, da ONU Mulheres, observa que, de 2003 a 2010, houve significativos avanços no enfrentamento à violência contra as mulheres, que se traduzem na mudança da legislação, na produção crescente de estudos e no Mapa da Violência de 2015.

O Mapa traz dados estatísticos sobre a incidência da violência contra as mulheres, a criação de serviços públicos especializados de atendimento, além da adoção de planos nacionais para enfrentar o problema. Mas vale ressaltar que ainda temos muitos desafios a serem vencidos no enfrentamento e combate à violência contra a mulher no Brasil.



Eu gostaria só de ressaltar aqui, Presidente Alcione, que tenho comentado – e esta Comissão nos trouxe cada vez mais luz sobre este problema – que ainda o nosso principal desafio é a primeira denúncia. Ainda temos esse como o principal desafio. Tudo o que nós falamos é do que foi diagnosticado, do que a imprensa viu, do que as mulheres tiveram coragem de denunciar para abrir o processo, mas a violência silenciosa que ocorre e não chega às estatísticas oficiais ainda é uma coisa absolutamente majoritária em relação aos casos que chegam à esfera pública.

A violência é uma realidade presente na vida das mulheres, principalmente as pobres e as negras. A violência é resultado da cultura patriarcal e machista que é incorporada por toda a sociedade, que oprime e violenta as mulheres, pois, embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, prevalecendo a superioridade dos homens sobre as mulheres.

Essa apresentação é o resumo de um trabalho realizado por esta Comissão – os debates acerca das diversas formas e manifestações da violência, as denúncias recebidas, os casos averiguados e acompanhados, as experiências exitosas de políticas públicas implementadas no Brasil e os temas sugeridos pelo Colegiado por meio dos requerimentos aprovados nas reuniões durante o biênio de 2015/2016 – e é um símbolo do relatório que será formalmente entregue aqui, com todo o material na íntegra, que ficará disponibilizado no *site* da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Falo agora da estrutura do relatório. Vou falar agora mais rápido, porque vamos estruturar toda a documentação que está presente.

O relatório se divide em Resolução nº 1, de 2014, que trata exatamente da criação da Comissão, da composição da Comissão, do plano de trabalho, das atividades realizadas, das reuniões de 2015 e de 2016, das diligências, seminários e eventos.

Estrutura do Relatório Parte 2: informações coletadas, mapeamento por Estado, legislação, orçamentos femininos no Poder Legislativo e recomendações.

Estrutura do Relatório Parte 3: denúncias apuradas e encaminhamentos.

Estrutura do Relatório Parte 4: relatório de avaliação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, apresentado pela Senadora Regina Sousa na Comissão de Direitos Humanos.

Estrutura do Relatório Parte 5: experiências exitosas.

Estrutura do Relatório Parte 6: conclusões, recomendações, anexos, notas taquigráficas, apresentações e documentos.

A apresentação e a aprovação do Anteprojeto de Resolução 5, de 2013, de autoria da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou a violência contra a mulher, deu origem à Resolução nº 1, de 2014, criando, em 17 de janeiro, esta Comissão.

A Comissão Mista é composta de 37 membros titulares, com mandatos de dois anos, sendo 27 Deputadas Federais e 10 Senadoras titulares, com igual número de suplentes.

São objetivos da Comissão investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil; apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência; propor projetos de lei na garantia dos direitos das mulheres; fomentar debates e discussões sobre enfrentamento e combate à violência contra a mulher.

Quanto à metodologia utilizada, em 2015 foi construído, apresentado e aprovado o Plano de Ação da Comissão para alcançar os objetivos propostos. Esse plano foi atualizado em 2016, a partir das demandas sugeridas pelos Parlamentares e também aprovadas neste Colegiado.

Utilizamos o seguinte instrumento...

Precisamos de reforço aqui, para os homens ficarem aqui ao nosso lado. Ouviu, Biondini?

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG) – Inclusive, quero apresentar uma questão de ordem, se for possível. Quero fazer um aparte, Relatora.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pois não.

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG) – Como estou em audiência pública na Câmara...

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A gente compreende.

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG) – ...e como vou ter a palavra lá agora, eu não queria deixar de parabenizá-la pelo seu trabalho na relatoria, bem como a nossa Presidente Elcione Barbalho pelo belo trabalho. Quero dizer que é uma honra para mim fazer parte, desde o ano passado, desta Comissão Permanente Mista. É uma luta minha de tantos e tantos anos. A maioria



dos meus projetos, ainda quando eu era Deputado Estadual, foi para a luta contra a violência sofrida pelas mulheres.

Então, parabéns!

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Que bom! Seja bem-vindo!

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG) – Contem com meu apoio! Daqui em diante, vamos intensificar.

Desculpe-me por esta...

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Fique à vontade.

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG) – ...ansiedade em falar antes de sair.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Fique à vontade. Nós precisamos...

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG) – Desculpe-me por interromper a sua leitura.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A gente só supera isso se tivermos vocês como parceiros nesta caminhada. Pode ter certeza disso. Muito obrigada.

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG) – E têm em mim esse parceiro. Obrigado.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sobre a metodologia, foi construído, apresentado e aprovado um plano de ação, Presidente Elcione, em 2015 para a Comissão alcançar os objetivos propostos. Esse plano foi atualizado em 2016, a partir de demandas sugeridas pelos Parlamentares e também aprovadas no Colegiado.

Utilizamos os seguintes instrumentos: requerimentos das mais diversas – é importante ressaltar isto – Deputadas e Senadoras. Mesmo as que não faziam parte da Comissão... Como eu disse, a Comissão acolheu muitos requerimentos de audiências públicas de várias mulheres que pautaram temas importantes aqui. Oitivas foram realizadas nos Estados. Houve solicitação de documentos os mais diversos, visitas às autoridades, diligências, relatórios, pesquisas e estudos, subsidiados em muito... Agradecemos à Procuradoria da Mulher no Senado, porque foi muito importante a parceria da então Procuradora, nossa Senadora Vanessa Grazziotin, como também ao Observatório da Mulher.

Falo das atividades realizadas. Com o intuito de fazer um diagnóstico da realidade da violência contra a mulher no Brasil, de constatar os avanços e desafios por parte da Rede de Atendimento à Mulher, além de indicar e sugerir políticas públicas para a reversão dessa realidade, o Colegiado realizou, nesses dois anos, 23 reuniões, 15 audiências públicas, 5 diligências nos Estados, 3 seminários. Foram 53 os requerimentos aprovados, e 12 foram encaminhados para aprovação.

Eu gostaria também de citar aqui o concurso nacional de vídeo sobre violência contra a mulher. Talvez, isso esteja mais na frente.

Entre as atividades realizadas, está o debate "Enfrentamento à Violência no País". Fizemos ainda debate sobre a Casa da Mulher Brasileira, sobre a violência contra mulheres policiais, sobre a violência contra a mulher nas redes sociais, sobre o câncer de mama (Outubro Rosa), sobre violência sexual nas universidades, sobre a aplicação das medidas provisórias, sobre a violência contra as mulheres com deficiência, sobre a violência contra as mulheres em situação de prisão, sobre a violência contra as mulheres no campo, florestas e águas, sobre políticas públicas multidimensionais para enfrentamento à violência contra as mulheres, sobre o Programa Ronda Maria da Penha, sobre mulheres que sofreram mutilações de seus companheiros, sobre violências contra as mulheres trans e travestis.

Ainda foi realizada diligência em Canoas, no Rio Grande do Sul, da qual participei, representando a Comissão – lá encontrei a Deputada que é do Estado, a Deputada Maria do Rosário –, sobre casos de violência em que jovens foram mutiladas por seus companheiros. Houve um grande resultado. Houve uma mudança na política habitacional do Estado. Houve o caso de uma menina que teve os braços e as pernas cortadas quando tinha 22 anos de idade. Ela não conseguia mais morar na sua casa, que ficava do lado da casa do agressor. Ele estava preso. Porém, a mãe dele tomava satisfação com a mãe dela. Então, nós conseguimos no Programa Minha Casa, Minha Vida... O prefeito foi sensível. A esposa do prefeito esteve presente na audiência. Deu-se um corte do Programa Minha Casa, Minha Vida para as mulheres vítimas de violência que não poderiam mais permanecer na região onde estavam.

Fizemos também diligências em Natal, com a presença da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Garibaldi Alves Filho, sobre o cenário de violência contra a mulher no Rio Grande do Norte. Resultado: atualização do Mapa da Violência de 2015 no Rio Grande do Norte.



Outra diligência foi feita também em Fortaleza, no Ceará, em que a Deputada Luizianne Lins estava presente, sobre o cenário de violência contra a mulher. Resultado: articulação das políticas de enfrentamento à violência entre Estado, Município e Governo Federal.

Em Salvador, estavam presentes as Deputadas Alice Portugal e Moema Gramacho e a Senadora Lídice da Mata. Foram debatidas as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher da Bahia. Daí surgiu a vinda da Ronda Maria da Penha, que é uma experiência da Polícia Militar da Bahia.

Também houve diligência em São Paulo, com a Deputada Keiko Ota, para tratar da violência contra adolescentes nos bailes *funks* e de medidas de segurança contra a violência a adolescentes que lá foram formuladas.

Fizemos, além disso, seminários, como "Mulheres, Violências e Mídias Sociais", que aconteceu em Brasília, tratando da abrangência das agressões contra as mulheres no mundo virtual, promovido pela Procuradoria da Mulher no Senado e por esta Comissão.

Além disso, houve o seminário "Violência Doméstica em São Paulo". Um dos objetivos do seminário foi conhecer o funcionamento da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência no Estado de São Paulo. Por isso, foi usada como metodologia a escuta de todos os parceiros que compõem a rede e suas respectivas atuações.

Outro seminário foi "Mulheres no Poder: Diálogos sobre o Empoderamento Político, Econômico e Social e Enfrentamento à Violência", realizado em Brasília, promovido pela Procuradoria da Mulher no Senado, pelo Observatório da Mulher e pela nossa Comissão Mista Permanente, além do Banco Mundial e da ONU Mulheres.

Outras atividades foram realizadas, como os seguintes painéis: "Experiências internacionais dos observatórios de monitoramento da violência de gênero", "Apresentação do Observatório da Mulher contra a Violência pelo Senado", "A presença das mulheres no universo político", com o lançamento da cartilha "Mais Mulheres na Política", feita pela Procuradoria da Mulher no Senado.

Houve outros painéis: "O Empoderamento Feminino no Setor Privado" e "Diversidade e pauta de reivindicações do Movimento Organizado de Mulheres e Entidades do Terceiro Setor".

Foram realizadas também várias pesquisas pelo DataSenado. Eu acho, Presidente, que a gente deve manter essa parceria, porque o Senado tem uma estrutura muito interessante de pesquisa. Então, quando houver aqui algum tema específico que merece uma pesquisa de opinião pública ou uma pesquisa *on-line*, a gente tem de manter essa parceria, para que o Senado nos ajude sempre.

Foi feita uma avaliação das políticas públicas de enfrentamento à violência. Foi feita a *Cartilha Lei Maria da Penha* e a cartilha *Mais Mulheres na Política*.

Asseguramos recursos através de emendas. Vêm emendas para esta Comissão, e a gente tem de selecionar algumas emendas para irem para o Orçamento Geral da União, como todas as outras Comissões fazem.

Houve o concurso de vídeo, sobre o qual eu já me reportei. E ainda foi criado o Observatório da Mulher contra a Violência.

Além disso, houve recomendações do relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher, informações sobre feminicídios.

Da Presidência da República e da Secretaria de Política para as Mulheres recebemos respostas detalhadas. Solicitamos informações e as recebemos. Recebemos respostas detalhadas, abrangentes e muito diversificadas, em razão das singularidades de cada Estado. As informações foram analisadas pelo Observatório da Mulher contra a Violência, que vem elegendo os Boletins de Ocorrência como indicador. É uma experiência recente, que requer a articulação com os Estados, mas já se apresenta promissora.

Ainda quanto às atividades realizadas, foi feito um mapeamento por Estado, com recomendações da CPMI: Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Foi feito um mapeamento por Estado do feminicídio.

Deputada Elcione, constatamos que, embora a lei sobre a atividade do feminicídio tenha sido aprovada, o que nós celebramos, para caracterizar que não é uma violência comum nem um homicídio comum, não sabíamos como cada Estado estava lidando com isso. Por exemplo, fizemos um ofício, um documento pela Comissão – foi até uma proposta que fiz e que a Comissão acatou –, para que todas as Secretarias de Segurança Pública nos comunicassem o que foi caracterizado em



cada Estado como feminicídio. Às vezes, um delegado que não é sensível a essa questão coloca o ato como homicídio comum. Então, isso é feito para que tenhamos uma noção se a lei está valendo, se a lei, de fato, está contemplando esse tipo de coisa.

Ainda mostramos o que conseguimos de informações no mapeamento por Estados do feminicídio, no Amapá, Amazonas, na Bahia, no Ceará, no Distrito Federal, no Espírito Santo, em Goiás, no Maranhão, em Mato Grosso do Sul.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Agora? Ah, estão nos chamando! Nós vamos ter de correr para votar.

Também no Paraná, em Pernambuco, no Piauí, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte, em Santa Catarina, em São Paulo, em Sergipe e em Tocantins, houve várias denúncias.

No caso, não dá para a gente correr para lá e voltar aqui, porque, pelo que estou entendendo, estão votando lá várias coisas.

Nós tivemos várias denúncias. Elas estão elencadas aí, como vocês podem olhar. Houve várias, várias e várias denúncias. Vou pular essa parte, porque isso estará no site.

Passo às conclusões e às recomendações. Dentro das conclusões e recomendações – já pulo para esta parte e termino –, estão os recursos assegurados pela Comissão, o projeto de lei orçamentária, o atendimento às mulheres em situação de violência que conseguimos fazer aqui, a construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Referência de Atendimento à Mulher nas regiões de fronteira, a promoção de política de igualdade de direito das mulheres, com os respectivos valores, como vocês estão vendo ali.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Em 2016, quanto à questão da igualdade em relação aos direitos humanos, foi feita a atribuição das funções. As funções voltaram a ser, felizmente... Vai haver uma instituição própria para cuidar disso.

A partir das recomendações – e são muitas as conclusões e as recomendações –, sugiro que as pessoas...

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA. *Fora do microfone.*) – Leia a recomendação mais importante, a que está no final.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – As conclusões e as recomendações são tudo isto aqui. Vamos ver se ela está pontuada atrás. Bom, não estando... Estão aqui, vamos para as observações e as considerações finais.

Precisamos confrontar dados, números, causas, consequências e contextos em que ocorrem a violência e propomos políticas que gerem resultados.

É fundamental empoderarmos as mulheres que estão querendo reconstruir suas vidas. Onde houver uma mulher sofrendo violência, nem que seja simbólica, nós temos de estar presentes.

Agradecemos o conteúdo do relatório, o registro cuidadoso pelas nossas assessoras das atividades, fruto da dedicação das assessorias da Comissão, da Secretaria da Comissão e da Consultoria Legislativa.

Agradecemos aos organismos femininos do Poder Legislativo, em especial a Procuradoria Especial da Mulher do Senado e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara, pela realização de tantas atividades, sobretudo os seminários, a Campanha 16 Dias de Ativismo e as datas alusivas às temáticas femininas.

Sou a Deputada Luizianne Lins, Relatora da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra Mulher, e submeto o relatório à aprovação ou não da nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Estamos acelerando a reunião, porque lá está em processo de votação. Estão nos chamando.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O.k.!

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Obrigada a todos. Se Deus quiser, vamos marcar a próxima reunião.



A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Ficamos aguardando a Presidente convocar a nossa próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Com certeza!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

